

**Folha de S. Paulo**

**2/6/1984**

### **Os Cacos da Crise**

Rubem de Azevedo Lima

Repórter da Sucursal de Brasília

O clima de expectativa e de incerteza, resultante do não atendimento das aspirações políticas da sociedade sempre foi, é e será um fato grave, em qualquer lugar do mundo. Pois esse clima — perceptível entre nós desde a recente rejeição das eleições presidenciais diretas e agora potencializado pela indefinição do problema sucessório — encobre algo ainda mais grave: a crise social brasileira.

De tempos em tempos, apesar disso, tem ocorrido explosões reivindicatórias — como as de Guariba, no Estado mais desenvolvido do País, ou na promissora Rondônia — que deveriam servir de advertência às autoridades, mas sequer perturbam as estéreis discussões constitucionais e sucessórias.

Tamanha insensibilidade parece decorrer, em parte, do convívio prolongado com a situação crônica de crise, na qual os problemas se agravam incessantemente, sem que as pessoas incumbidas de resolvê-los se dêem conta dessa evolução inexorável.

Relegada a plano secundário a questão social e econômica do País, cada grupo se preocupa principalmente com as vantagens que pode colher dos possíveis desdobramentos da crise política.

Por sinal, quatro são as hipóteses mais prováveis de surgimento de impasse institucional. A primeira é a rejeição do pacote de emendas constitucionais do presidente João Batista Figueiredo, ora no Congresso. Se isso acontecer, os setores ocultos do radicalismo disporão de pretextos para sensibilizar as áreas que sustentam o regime, mas estão cansadas e desejosas de dedicar-se apenas a seus afazeres profissionais. A suposta intransigência política, bem manipulada, sempre deu resultados, em tais casos.

A segunda hipótese de crise é a aprovação imediata das eleições presidenciais diretas, que os mentores da política brasileira auto-suficientemente julgam inaceitáveis, pelo fato de contrariarem o ritmo lento e gradual de normalização que os metrônomos do sistema impõem ao Brasil.

A terceira hipótese de rompimento do equilíbrio existente poderá consumir-se caso a convenção do PDS indique, em setembro próximo, um candidato sem respaldo nem respeitabilidade pública, ou se o Colégio Eleitoral, posteriormente, optar por uma candidatura que o sistema dominante entenda ser inabsorvível, segundo seus critérios incontestáveis de julgamento.

O jogo político se trava, portanto, sem nenhuma grandeza, e pior ainda, em torno de uma ficção de democracia, mas em detrimento da abordagem dos problemas econômicos e sociais, que se agravam a cada instante.

Por isso, persistindo o despreço às aspirações da sociedade, o prêmio do vencedor do jogo sucessório — e esta é a hipótese mais sombria de crise — talvez sejam os cacos de uma explosão social provocada pela inapetência ou incompetência dos governantes, subsistentes graças à cumplicidade e à ambição imediatista dos políticos.

